

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Competência Institucional

LEIS FEDERAIS	
6.938/81	Política Nacional do Meio Ambiente
LEIS ESTADUAIS	
5.440/88	Cria o Instituto Florestal do Pará
5.457/88	Cria a Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente – Sectam
Lei Complementar 23/94	Cria o Conselho e o Fundo de Direitos Difusos
5.877/94	Prevê a participação popular nas decisões ambientais
DECRETOS ESTADUAIS	
99.540/90	Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico
662/92 (alterado pelos decretos 870/95, 5200/02 e 1123/96)	Articulação Interinstitucional para o Zoneamento Ecológico Econômico
2968/94 (altera o decreto 2968/94)	Regulamenta o Conselho Estadual do Meio Ambiente
1.523/96	Regulamenta o Fundo do Meio Ambiente
3.36/98	Comitê de Preservação e Controle de Incêndios Florestais
5.569/02	Órgão Gestor das Políticas de Recursos Hídricos e Florestais
2070/06	Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos

2. Ordenamento e ocupação do solo / proteção da vegetação e da fauna

LEIS FEDERAIS	
----------------------	--



Lei 4.771/65	Código Florestal
5.197/67	Dispõe sobre proteção à fauna
Lei 6.938/81	Política Nacional do Meio Ambiente
9.985/00	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
MP 2.166-67/01	Altera dispositivos do Código Florestal
11.284/06	Gestão de Florestas Públicas
DECRETOS FEDERAIS	
99.274/90	Regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, as Estações Ecológicas e as Áreas de Preservação Permanente
1.282/94	Regulamenta os Arts. 15, 19, 20 e 21, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências
2.661/98	Regulamenta o p. único do art. 27 Do Código Florestal, mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais
3.420/00	Cria o Programa Nacional de Florestas – PNF
Decreto 4.340/02	Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Decreto 4.339/02	Estabelece a Política Nacional da Biodiversidade
Decreto 5.092/04 e Portaria 126/04	atribui às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade papel fundamental na elaboração de políticas setoriais
LEIS ESTADUAIS	
5.629/90	Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural
5.864/94	Estabelece a necessidade de EIA para áreas de preservação permanentes e olhos d'água
5.879/94	Preservação do Solo Agrícola
5.887/95	Política Estadual do Meio Ambiente
6.194/99	Proíbe extração de mangues
6.462/02	Política Estadual de Florestas
6.451/02	Implantação de Unidades de Conservação
6.506/02	Diretrizes Básicas para o Zoneamento Ecológico Econômico
6.745/05	Dispõe sobre o Macrozoneamento Ecológico Econômico
DECRETOS ESTADUAIS	



5.267/02	Regulamenta a gestão e implantação de Unidades de Conservação
5.741/02 (alterado pelo decreto 855/04)	Cadastro de atividades de defesa ambiental
5.742/02	Cadastro de atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais
856/04	Cadastro de atividades florestais
875/04	Licenciamento ambiental
OUTROS DOCUMENTOS	
	Convenção sobre Diversidade Biológica (CNUMAD, 1992; e Decreto Legislativo nº 2, 1994 e 1998)
	Plano Estratégico da Convenção da Diversidade Biológica
	Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2000
	Conferência Nacional de Meio Ambiente, 2003
	Protocolo de Intenções para as Áreas Protegidas – MMA
	Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB - CPO 7/ 2004

3. Recursos Hídricos

LEIS FEDERAIS	
Lei 9.433/97	Política Nacional de Recursos Hídricos
LEIS ESTADUAIS	
5.630/90	Proteção de Corpos Aquáticos
6.105/98	Proteção de Águas Subterrâneas
6.116/98	Proíbe construções habitacionais próximas a fontes de água potável
6.381/01	Política Estadual de Recursos Hídricos
DECRETOS ESTADUAIS	
3.060/98	Regulamenta a lei de proteção de águas subterrâneas



4. Comunidades Tradicionais

LEIS FEDERAIS	
4.504/64	Estatuto da Terra
6.001/73	Estatuto do Índio
5.629/90	Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural
DECRETOS FEDERAIS	
11.041/94 (alterado pelo decreto 3.799/01)	Proteção às comunidades indígenas
1.775/96	Demarcação de terras

5. Política agrária e regularização fundiária

LEIS FEDERAIS	
6.015/73	Registros públicos
8.629/93	Regulamenta a Constituição Federal quanto a reforma agrária
9.393/96	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e sobre o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária
10.267/01	Sistema público do registro de terras rurais
10.257/01	Estatuto da Cidade (regularização fundiária de imóveis urbanos)
MP 2.220/01	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição , cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.
4.449/02	Cadastro nacional de imóveis rurais
DECRETOS FEDERAIS	
2.250/97	Dispõe sobre vistoria em imóvel rural para fins de reforma agrária
Portaria INCRA 4776/99	Dispõe sobre regularização fundiária e desenvolvimento sustentável na região amazônica

6. Atividade agropecuária

LEIS FEDERAIS	
----------------------	--

6.198/74	Inspeção de produtos de alimentação animal
7.889/89	Inspeção sanitária
9.138/95	Crédito rural
9.712/98 (altera a lei 8.171/91)	Defesa agropecuária
11.076/04	Créditos agropecuários
11.079/04	Parcerias público-privadas na Administração Pública
OUTROS DOCUMENTOS	
	Codex Alimentarius/FAO

7. Resoluções CONAMA

01/86	Diretrizes para EIA/RIMA
12/89	Atividades de risco em área de relevante interesse ecológico
13/89	Entorno de Áreas de Preservação Permanente
16/89	Programa Integrado de Avaliação e Controle Ambiental da Amazônia Legal
237/97	Regulamenta o licenciamento ambiental
289/01	Licenciamento ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária
300/02	Autorização de corte de vegetação nativa por comunidades indígenas
302/02	Parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais, bem como o regime de uso
303/02	Parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente
306/02	Requisitos mínimos e termo de referência para realização de auditorias ambientais
347/04	Proteção do patrimônio espeleológico
356/04	Prorroga os prazos referentes à resolução 289/01
357/05	Classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento/ condições e padrões de lançamento de efluentes

8. Resoluções COEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente do Pará



22/02	Crêterios para licenciamento de atividades poluidoras
23/02 (alterada pelas resoluções 27/02 e 34/05)	Licenciamento de funcionamento (como forma de regulação anterior � licença de operação)
24/02 (alterada pela resolução 28/02)	Autorização para atividades específicas
29/04	Uso de recursos florestais em áreas de domínio público estadual
33/05	Uso de recursos florestais em áreas de domínio público estadual, conforme plano de manejo aprovado pelo IBAMA

9. Penalidades

LEIS FEDERAIS	
Lei 9.605/98	Lei de Crimes Ambientais
LEIS ESTADUAIS	
5.638/91	Estabelece sanções para os casos de poluição ambiental